

Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional

Patrus Ananias

As ideias e as práticas relativas à soberania nacional surgem a partir do período renascentista, fim da Idade Média, início dos tempos da chamada Idade Moderna. Emerge o Estado Moderno e com ele as ideias e desafios relativos à soberania e à democracia. Os princípios, os valores e as práticas democráticas que deitam as suas raízes mais profundas na Grécia antiga – prestemos aqui nossa homenagem a Péricles, o estadista grego que reconheceu a importância do povo e das leis – retornam muitos séculos depois com a chamada Revolução Gloriosa na Inglaterra em fins do século XVII e, de maneira mais explícita, com a Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Constituição proclamada por aquele país em 1787. Ganha uma dimensão mais alargada com a Revolução Francesa de 1789 (ano em que no Brasil ocorre a repressão aos Inconfidentes Mineiros) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fundada nos ideais da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade; ideias que se propunham à universalidade.

A democracia, construída e posta em prática a partir desses paradigmas – paradigmas ocidentais – deve-se abrir para outras experiências históricas. Consideremos os procedimentos comunitários e culturais dos povos formadores da nossa identidade nacional: os que primeiro habitaram as terras americanas e brasileiras, os indígenas, e os que arrancados de suas raízes, os territórios africanos, e submetidos a violência brutal da escravidão, aportam, como os indígenas, a sua esplêndida contribuição ao processo civilizatório nacional.

A expansão dos ideais e procedimentos democráticos – que incluem a participação crescente do povo, a democracia participativa – incorporou a soberania popular à soberania nacional. A atual Constituição da República Federativa do Brasil encarna esses novos horizontes da soberania nos quatro artigos notáveis que integram o Título I – Dos Princípios Fundamentais, assim como em outros dispositivos, como no **Caput do artigo 14**.

A soberania nacional e popular, ancorada no Estado Democrático de Direito e na efetividade das garantias e do exercício dos Direitos Fundamentais, implica um compromisso inabalável com a vida e a dignidade de todas as pessoas, sem nenhuma exclusão. Nesta perspectiva, a nossa soberania nacional e popular, a nossa soberania política – pressuposto da nossa independência geográfica, territorial – se expressa pelo exercício dos direitos e deveres da cidadania. Podemos aqui falar de soberanias internas relativas, presentes no território e que asseguram a soberania nacional: soberania alimentar, econômica, tecnológica, energética, cultural. Também incluímos a soberania de defesa, que abrange a proteção da vida e de nosso patrimônio nacional, bem como a soberania ambiental, que corresponde ao cuidado, proteção e aproveitamento sustentável de nossos riquíssimos biomas, em benefício da população brasileira e de toda a humanidade.

Estado soberano é aquele cujo povo valoriza sua identidade, conhece sua história, cultiva sua memória e, apropriando-se crítica e amorosamente do passado, compreende o presente para agir sobre ele, e projetar seu futuro. Ao olharmos com cuidado e amor para a nossa história, constatamos que algumas estruturas do passado colonial permanecem quase inalteradas. Podemos afirmar que nossa Independência não se realizou plenamente. O que nos falta e como construir um projeto nacional que assegure a nossa plena soberania ancorada na democracia, na afirmação dos Direitos Fundamentais, onde se encontram os direitos individuais e coletivos que visam o bem comum e a justiça social?

Conquistamos em 07 de setembro de 1822 nossa independência política. Proclamada pelo príncipe herdeiro da Coroa portuguesa, nossa independência só foi reconhecida mediante indenização paga à antiga metrópole com recursos contraídos junto ao Império inglês.

Não podemos esquecer, entretanto, que a nossa Independência política transcende os limites do Ipiranga e se expande pelo território nacional. Tivemos movimentos e lutas que precederam o 07 de setembro, como os inconfidentes de Minas Gerais, que nos legaram o símbolo maior de nossa dignidade nacional: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Territórios e províncias que

hoje constituem os estados brasileiros tiveram que assegurar a integração nacional com seus próprios habitantes e suas próprias forças. Lembremos, entre outras, a luta heroica do povo baiano na Guerra de Independência, que se estendeu até 2 de julho de 1823.

A nossa independência política não se estendeu ao campo econômico e social. No entanto, começamos ainda no século XIX os primeiros anúncios de nossa independência cultural. Sempre presente desafiando corações e mentes, a obra de Machado de Assis.

No campo econômico e social - sempre interligados - foi mantida a escravidão e seu entorno: a concentração brutal da terra em mãos de poucos proprietários, legado das capitanias hereditárias e das sesmarias; o patriarcado, em linguagem mais direta, o machismo; o coronelismo, o poder dos chefes locais e regionais, que emerge com mais força na República Velha. Enfim, uma democracia de fachada, que excluía os escravizados, as mulheres, os pobres.

Durante o período imperial, não tivemos um projeto nacional de desenvolvimento que direcionasse as riquezas do país para o bem-estar do povo. Nenhum avanço no campo das políticas públicas, como educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, moradia digna, trabalho decente. A norma jurídica que aboliu a escravidão se encerrou em si mesma; sem medidas efetivas para integrar os antigos escravizados na vida nacional, no pleno exercício dos direitos de cidadania. A Proclamação da República pouco ou nada mudou as estruturas. A República já nasceu velha: concentração das terras rurais e urbanas, exclusão dos pobres, ausência do Estado na implementação das políticas públicas. Enfim, a ausência de um projeto digno e decente de nação.

Mas o povo brasileiro constrói discreta e silenciosamente a verdadeira história de nossa pátria. Esta criatividade solidária e coletiva se manifesta, sobretudo, no campo da cultura e dos valores, das relações humanas. Os anos 20 do século passado expressaram uma forte inquietação nacional. A expressão maior e mais duradoura desse período foi a Semana de Arte Moderna em 1922, afirmando a nossa plena independência cultural na literatura, na música, na pintura e que se desdobra na escultura, no teatro, no cinema. Essa afirmação da

identidade nacional através da cultura, é ainda mais notável considerando que não foi acompanhada por avanços significativos na educação.

Nesse período, educadores como Anísio Texeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo lideraram avanços no campo educacional e pedagógico à frente das secretarias de Educação da Bahia, do Ceará e Rio de Janeiro. Em 1932, esses educadores, juntamente com outros intelectuais notáveis, lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Entre eles a presença de uma mulher: a nossa esplendida poeta Cecília Meireles. Contudo, o Manifesto não perpassou, Brasil a fora, a nossa frágil e limitada política educacional.

Entramos no período posterior à Revolução de outubro de 1930. Confrontada por limites ainda inquebrantáveis da nossa formação histórica, a Revolução não ousou enfrentar o desafio fundiário, rural e urbano. A Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 excluiu as trabalhadoras e trabalhadores rurais, além das trabalhadoras domésticas. Tivemos, todavia, avanços com os trabalhadores urbanos, a criação da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, o voto das mulheres. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi instituído com o objetivo de melhorar os serviços públicos oferecidos à população brasileira.

Tivemos o retrocesso ditatorial do Estado Novo. Avançamos, por outro lado, na perspectiva da nossa soberania, com o nacionalismo desenvolvimentista de Getúlio Vargas, que nos legou a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), e, no seu retorno ao poder pelos caminhos democráticos, a criação da Petrobrás (1953).

As forças políticas e econômicas que se opõem à nossa plena soberania e à realização do projeto nacional fizeram uma duríssima oposição ao governo, chegando muito próximo ao golpe, que, no entanto, não se concretizou devido ao suicídio de Vargas e à comoção popular que sua morte provocou.

O presidente Juscelino Kubitschek (1956-61) optou por abrir o país ao capital estrangeiro com o objetivo de impulsionar a industrialização. Cabe recordar, que, governador de Minas, Juscelino criou a CEMIG, impulsionando, anos depois, o seu projeto de governo nacional: energia e transporte.

Sob a perspectiva de uma plena soberania nacional, as opções desenvolvimentistas e o projeto de industrialização de Juscelino provocam controvérsias e questionamentos. No entanto, é inegável sua contribuição ao país com a construção de Brasília - expressão da genialidade de Oscar Niemayer e Lucio Costa e do trabalho, criatividade, suor e sofrimentos de milhares de “candangos” vindos dos mais diferentes recantos do nosso país continental. Brasília puxou o Brasil para dentro. Deixamos de ser o país descrito por Frei Vicente de Salvador no século XVII, quando vivíamos feito caranguejos na beira do mar.

A nossa independência cultural se afirmou ainda mais durante o governo do mineiro de Diamantina: além de Brasília com sua originalidade arquitetônica e urbanística, tivemos em 1956 a publicação da obra prima de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, acompanhada das novelas *Corpo de Baile*. A Bossa Nova acrescentou mais um belíssimo capítulo à esplêndida trajetória da nossa cultura musical. Tivemos o Cinema Novo. Já a seleção brasileira de 1958, levou o futebol para o campo das artes e da cultura. Os educadores voltam a propor um projeto para a educação (1959). O Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), um destacado centro de estudos sociais e políticos do século XX, foi fundamental na pesquisa para o desenvolvimento de políticas públicas, focadas no projeto nacional.

O governo João Goulart (1961-64) começa no contexto de uma grave crise: a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de golpe para impedir a posse do vice-presidente. O povo explicita reivindicações legítimas e históricas: a aplicação efetiva do princípio constitucional da função social da propriedade por meio das reformas agrária e urbana; as reformas tributária e bancária como forma de pôr limites ao poder do capital; o acolhimento das justas reivindicações das classes trabalhadoras, especialmente, dos trabalhadores do campo.

No contexto ideológico e sectário da Guerra Fria, as elites brasileiras conservadoras, totalmente desvinculadas do projeto nacional e submissas aos interesses dominantes do capital, optaram mais uma vez pela oposição antidemocrática e golpista. Veio o Golpe civil-militar de 64, período muito triste

de nossa história. Além da repressão sem nenhum fundamento constitucional e jurídico, as prisões arbitrárias; mandatos políticos, legitimamente conquistados, cassados; direitos políticos suspensos; censura aos meios de comunicação e à cultura. Obras de arte na música, na literatura, no cinema, no teatro censuradas; perseguições nos espaços universitários, da pesquisa, do conhecimento.

O Brasil assume um lugar menor, submisso no contexto da Guerra Fria. Recolhemos a bandeira da soberania.

Veio o golpe dentro do próprio golpe para torná-lo mais violento, opressor e obscuro: o Ato Institucional nº 5, a 13 de dezembro de 1968. Tempos de horror. Além das prisões arbitrárias, do cerceamento das liberdades democráticas, a tortura, a morte, os desaparecidos.

Ao longo desses 21 anos de ditadura, o Brasil cresceu e se impôs na resistência democrática. Intelectuais, jornalistas, professoras e professores, estudantes, sindicalistas, trabalhadoras e trabalhadores, representantes religiosos fiéis à mensagem de Jesus, empresários comprometidos com o projeto nacional e sensíveis ao clamor dos pobres, artistas dos mais diferentes campos da cultura foram, mais uma vez, uma forte chama na resistência democrática. A MPB, os festivais, o Tropicalismo, mas também os artistas muitas vezes anônimos, presentes nas áreas mais empobrecidas, nas esquinas, nos encontros, nos bares.

A superação da ditadura não se deu por meio de eleições diretas para presidente, as Diretas Já, como ansiava o maior movimento popular de nossa história. Mesmo assim, a saída conciliadora e conservadora de 1985 embutia o clamor contra uma das mais graves heranças da ditadura: a dívida externa que sufocava o país e nos submetia ao Fundo Monetário Internacional. No discurso de posse que não teve a oportunidade de ler, Tancredo Neves escreveu: “Não se paga a dívida com a fome do povo”.

A reabertura democrática que se fez com muitas dificuldades, desafios e resiliências, encontrou um momento inesquecível, histórico: o processo

constituente, marcado por um notável engajamento popular, resultando na promulgação da Constituição de 05 de outubro de 1988.

Logo nos primeiros anos, a Constituição enfrentou seu primeiro teste no desgoverno Collor de Melo. O seu afastamento se deu dentro das normas constitucionais e legais. O vice-presidente empossado, Itamar Franco, expressava compromissos com a nossa soberania, com a preservação de empresas como a Petrobrás e a Eletrobrás. Foi sucedido pelo professor e intelectual, Fernando Henrique Cardoso, que adotou uma política oposta, privatizando empresas estatais estratégicas para o desenvolvimento nacional, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce e a Telebrás: um ataque aos interesses nacionais. Lembrando seu mestre e amigo, Florestan Fernandes, que questionado sobre seu governo preferiu nada dizer, “para não magoá-lo e não magoar-me”. O fato é que para os setores mais comprometidos com a soberania nacional e popular, o governo do admirável professor ficou aquém das expectativas. Pesa a seu favor, no julgamento da história, a maneira elegante e democrática como passou a faixa presidencial ao seu sucessor, o presidente Luís Inácio Lula da Silva.

As modestas picadas abertas pelo governo FHC no campo das políticas públicas sociais foram alargadas nos anos do governo do presidente Lula, que abriu ao País novos horizontes e possibilidades, internas e externas. A afirmação de nossa soberania nas relações internacionais encontrou ressonância interna nas políticas públicas voltadas para promover a vida e a expansão das melhores possibilidades das pessoas, das famílias e das comunidades.

Nos dois primeiros governos do presidente Lula, assumi a honrosa responsabilidade de liderar a implantação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que se tornou a experiência mais bem-sucedidas na história do Brasil em termos de transferência de renda e redução da desigualdade social. A estratégica integração entre o Bolsa Família, as políticas públicas de assistência social e as políticas de segurança alimentar – integração que se estendeu às políticas e ações da agricultura familiar – amplificou significativamente os resultados alcançados. Iniciativas como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos; o Programa de

Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, a presença efetiva da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), entre outras, não apenas estimularam a produção, mas também garantiram o acesso a alimentos saudáveis. Conseguimos sair do Mapa da Fome! Lembremos sempre que o primeiro compromisso de um país soberano é cuidar bem do seu povo.

Às exigências das condicionalidades relacionadas com educação e saúde para a concessão do Bolsa Família, contrapõe-se o dever do Estado de assegurar às famílias essas duas políticas públicas fundamentais à soberania e ao projeto nacional.

Os bons avanços e conquistas do governo Lula inspiraram os compromissos de campanha e as ações do primeiro governo Dilma Rousseff. O segundo mandato, conforme prenunciado nos descaminhos éticos do processo eleitoral, foi marcado pelos tristes procedimentos da oposição que levaram ao golpe de abril de 2016, o impedimento sem nenhuma fundamentação jurídica.

Os anos que se seguiram foram de retrocessos no histórico processo de construção da nossa soberania. Retrocessos no plano interno como a Emenda 95, que ordenava o congelamento econômico e social do País por vinte anos, hoje, felizmente revogada. Vivenciamos a demolição de direitos trabalhistas e sindicais; a desconstrução do Estado: a entrega do patrimônio nacional, a subordinação aos interesses e demandas do capital.

O país começa a se reerguer e a pautar o tema da soberania vinculado ao projeto nacional, ao desenvolvimento integral e sustentável do País – seriamente comprometido com a vida e o bem-estar das gerações presentes e das gerações futuras.

A soberania econômica e social do Brasil, ainda em construção, pressupõe, se não a subordinação, ao menos, a adequação, o acerto dos interesses privados aos superiores interesses do povo brasileiro, a plena afirmação da nossa soberania nacional e popular ao projeto nacional brasileiro.

Sabemos pelas lições da história que a soberania dos povos, das nações, dos Estados, não é dada; é uma conquista em várias frentes, como vimos, político-jurídica, econômica, social, cultural. Emerge nos tempos mais recentes

uma nova fronteira aos desafios da soberania: a questão ambiental, a preservação das fontes e das possibilidades da vida.

Outro grande desafio colocado é o poder incontrolado e pervasivo das grandes empresas de tecnologias do norte global, as chamadas *Big Techs*. Emerge com elas um novo tipo de colonialismo, o colonialismo digital, cujo objetivo é reduzir os países do Sul Global a territórios extrativistas de dados informacionais. Paralelo a isso, assistimos, cada vez mais a vida humana, o ócio, a criatividade, a cognição e os processos produtivos submetidos ao algoritmo e a lógicas automatizadas e panópticas. Portanto, urge debatermos a regulamentação dessas empresas de tecnologia e sua submissão às leis nacionais.

O presidente Lula, com a sensibilidade política, humana e social que marca sua trajetória existencial e política, pauta com ênfase, neste seu, nosso terceiro governo a questão da soberania. Precisamos acompanhá-lo. Trazer o debate aberto, respeitoso e democrático sobre a soberania à nossa Câmara de Deputados, ao Congresso Nacional. Levá-lo ao país, às assembleias legislativas, às câmaras municipais, às escolas e universidades, às igrejas, aos movimentos sociais, às entidades representativas de trabalhadores e empresários. Levar essas reflexões e debates democráticos sobre a nossa soberania aos meios de comunicação, às redes sociais. Mobilizar a nossa juventude; mobilizar corações e mentes pelo nosso país afora. Vincular o tema da soberania ao projeto nacional, à participação popular, ao desenvolvimento nacional articulado ao desenvolvimento regional.

É com esse compromisso que retomamos a Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional e Popular, motivados a percorrer mais uma vez os caminhos do país para ajudarmos na consolidação de nossa Independência. Viva o Brasil!